

1. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC – 2023. Marque uma alternativa que traga corretamente um princípio que rege as relações internacionais previsto na Constituição Federal:

- A) a Soberania;
- B) a Cidadania;
- C) a Dignidade da pessoa humana;
- D) o pluralismo político;
- E) a Defesa da paz.

2. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC – 2023. Nos termos da Constituição Federal de 1988

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes...”

Completará corretamente o trecho da Carta Magna:

A) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos de legislação complementar;

B) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de sentença judicial;

C) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

D) é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato;

E) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, salvo a indenização por dano material, moral ou à imagem;

3. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC – 2023. Nos termos da Constituição Federal de 1988 todas as alternativas estão corretas, salvo:

A) é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

C) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

E) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação o Presidente da República tenha conhecimento.

4. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC – 2023. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

B) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação patronal;

C) proibição de trabalho penoso, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

D) adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

E) equiparação salarial entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

5. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC – 2023. Tício é pescador vinculado a Colônia Peixe Rei Ltda. Trabalha atualmente na empresa Pescados S.A e recentemente foi eleito como representante sindical da categoria. 6 meses após início de seu mandato foi demitido imotivadamente. Consultando Mévio (advogado trabalhista) seria uma boa recomendação para Tício...

- A) Deixar para lá pois ninguém merece trabalhar sentindo cheiro de peixe.
- B) Deixar para lá pois não tem nenhuma irregularidade na atitude da empresa.
- C) Entrar com ação trabalhista pleiteando a reintegração de Tício pois, como Pescador de Colônia pesqueira, é vedada a demissão no período da Piracema.
- D) Entrar com ação trabalhista tendo em vista os 6 meses de estabilidade da gestante recentemente alterada por Emenda Constitucional.
- E) Entrar com ação trabalhista tendo em vista a estabilidade de dirigente sindical pleiteando, por conseguinte, a reintegração.

6. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC – 2023. Analise as assertivas:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - membro da Câmara dos Deputados;
- III - membro do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;

Trata-se de funções privativas de brasileiros as mencionadas em:

- A) I e II;
- B) II, III e IV;
- C) III, IV e V;
- D) II e III;
- E) I, IV e V.

7. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Marque a alternativa que informe corretamente uma condição de elegibilidade informada na Constituição Federal:

- A) Nacionalidade Brasileira;
- B) sendo analfabeto terá apenas o voto facultativo;
- C) Idade mínima de 18 anos na data da posse;
- D) Ser maior de 16 e menor de 18 anos;
- E) Ser maior de 70 anos.

8. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC – 2023. Nos termos da Constituição Federal é correto afirmar que:

A) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Federal no prazo de trinta dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder sócio - econômico, corrupção ou fraude às urnas.

B) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Federal no prazo de quinze dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder sócio - econômico, corrupção ou fraude às urnas.

C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder sócio - econômico, corrupção ou fraude às urnas.

D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder sócio - econômico, corrupção ou fraude.

E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

9. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Nos termos da Constituição Federal é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- A) A colaboração de interesse público, na forma da lei com Igrejas;
- B) Declarar fé aos documentos públicos;
- C) criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- D) Declarar guerra e celebrar paz.
- E) Legislar privativamente sobre Direito do Trabalho

10. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre:

- A) direito processual do consumidor, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- B) direito civil, ambiental, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- C) direito civil, comercial, penal, processual, administrativo, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- D) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, fundiário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- E) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

11. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Nos termos da Constituição Federal de 1988 analise as assertivas e marque a incorreta:

- A) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

B) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

C) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

D) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

E) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

12. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

A) a de dois cargos de professor secundário;

B) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

C) a de um cargo de professor com outro de baixo meretrício;

D) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

E) a de dois cargos ou empregos privativos de técnicos da saúde, com profissões regulamentadas;

13. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Os atos de improbidade administrativa importarão somente:

A) a suspensão dos direitos políticos.

B) a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública.

C) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e a indisponibilidade dos bens.

D) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

E) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

14. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Supremo Tribunal Federal dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu regimento interno;

Estão corretas somente as assertivas:

A) I e II;

B) II e III;

C) I, II e III;

D) I e III;

E) Nenhuma.

15. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. No que tange a ótica Constitucional dos Deputados e Senadores marque a alternativa correta:

A) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, salvo decisão do Supremo Tribunal Federal.

B) Os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

C) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações, salvo ordem expressa do Supremo Tribunal Federal.

D) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

E) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, jamais podendo ser suspensas.

16. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Edward Cullen, advogado da Crepúsculo SA conversando com sua Sócia Isabella Swan, trouxe uma excelente ideia de Emenda Constitucional. Isabela amou a ideia mas não sabia como iniciar uma Proposta de Emenda Constitucional, então chamaram seu amigo em comum Jacob Black. Este por sua vez, deu seu parecer e ele será quente se informar que podem propor projeto de emenda constitucional...

A) mais de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

B) O Presidente do Supremo Tribunal Federal.

C) Somente o Presidente da República.

D) de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

E) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, além de outros legitimados informados na Constituição Federal.

17. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Nos termos da Constituição Federal, a Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará, mas se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. Nestes termos analise as assertivas:

I - O veto parcial somente abrangerá texto parcial de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

II - Decorrido o prazo de dez dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

III - O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de quarenta e cinco dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

IV - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente do Senado.

Estão corretas somente:

- A) as assertivas I e a II;
- B) as assertivas II e III;
- C) as assertivas III e IV;
- D) as assertivas II, III e IV;
- E) nenhuma das assertivas.

18. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Pete Michael sempre teve curiosidade para entender sobre o Tribunal de Contas da União, para ele o Tribunal é a melhor arma contra a corrupção, então ele conversou com uma especialista no assunto Penny Benjamin e ela acertou na mosca quando disse que o Tribunal de Contas da União:

- A) Será composto de 7 membro;
- B) seus membros serão eleitos como em toda democracia evoluída;
- C) um terço de seus membros serão escolhidos pelo Senado Federal;
- D) dois terços pelo Congresso Nacional;
- E) um terço escolhido livremente pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal.

19. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Josefina Estamatáchia Pinto procurou seu filho Concurseiro ON Aristécnico Clemêncio para perguntar quais são os crimes de responsabilidade do Presidente da República. Como aluno do Professor Pedro Kuhn, Aristécnico não teve dificuldades em dizer que são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- A) a seguridade Social;
- B) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- C) a lei orçamentária internacional;
- D) a existência das Federações de Partidos Políticos;
- E) ao valores sociais da livre iniciativa.

20. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Nos que tange ao texto constitucional, mais especificamente nas normas relativas ao poder judiciário, aos juízes é vedado:

- A) exercer, ainda que com grande probidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;
- B) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;
- C) dedicar-se à atividade interpartidária.
- D) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei complementar;
- E) exercer a advocacia no juízo final.

21. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Analise a seguinte situação hipotética: Clementina nasceu no Qatar, de repente, deu uma curiosidade sobre a competência do Supremo Tribunal Federal Brasileiro, então ela pesquisou na internet e tem certeza que acertaria uma questão de concurso somente com esse estudo, então ela iria ter razão se marcasse como competência do Supremo:

- A) processar e julgar originariamente os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;
- B) processar e julgar originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;
- C) julgar, em recurso ordinário os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;
- D) julgar, em recurso ordinário os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;
- E) processar e julgar originariamente a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

22. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Sobre a declaração de inconstitucionalidade privativa do Supremo Tribunal Federal (controle concentrado) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional...

- A) será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias;
- B) será dada ciência ao Congresso Nacional para que suspenda a eficácia da norma;
- C) será dado prazo para o Congresso Nacional suspender a eficácia da norma e publicar Decreto Legislativo regulando as relações que ocorrer no decorrer da validade da norma tida por inconstitucional;
- D) O Supremo Tribunal Federal tem legitimidade para regular a matéria com eficácia *ex tunc* ou *ex nunc*;
- E) O Congresso Nacional, terá 30 dias para manifestar-se sobre a omissão sob pena de sobrestar-se todas as demais votações da pauta.

23. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Rufino Lorota, Advogado-Geral da União, foi consultado por pessoa

necessitada na forma da lei que lhe questionou sobre as suas funções em uma Ação Direta de inconstitucionalidade. Sendo um ex-aluno do Mestre, Doutor, Ninja e Amado Professor Pedro Kuhn respondeu que:

- A) deverá representar, como missão institucional, todo e qualquer interessado que necessitar de representação administrativa ou judicial;
- B) como fiscal da lei tem a prerrogativa de manifestar-se em qualquer fase do processo;
- C) tem a missão institucional de propor privativamente a ação penal pública;
- D) tem a missão constitucional de defender o ato ou texto impugnado;
- E) Representa e assessora juridicamente o cidadão brasileiro.

24. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Nos termos da Constituição Federal de 1988 marque a alternativa correta:

A) O Supremo Tribunal Federal poderá, somente por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

B) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de um terço dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

C) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

D) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, somente na esfera estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

E) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar ementa que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

25. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo que NÃO fará parte do CNJ:

A) um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

B) um juiz estadual, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

C) um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

D) dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

E) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

26. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. Sabe-se que as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ainda assim, segundo Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, NÃO faz parte da competência da Justiça do Trabalho:

- A) As ações de empregados de embaixadas estrangeiras tendo em vista a impossibilidade de impor lei nacional em território estrangeiro.
- B) Ações de empregados públicos celetistas pois, uma vez concursados, abrirão mão de seus direitos trabalhistas frente ao interesse público;
- C) As ações de indenização por dano moral e assédio moral ocorridos em ambiente de trabalho avulso.
- D) As ações de direitos dos trabalhadores estatutários federais, estaduais ou municipais.
- E) as ações que envolvam as relações de trabalho *latu sensu*.

27. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. São consideradas funções essenciais à Justiça:

- A) O Tribunal do Júri e os Juizados Especiais.
- B) Os Tribunais de Contas e a Defensoria Pública;
- C) Os Tribunais de Justiça Desportiva e o Ministério Público;
- D) O Ministério Público e a Defensoria Pública somente;
- E) Advocacia Pública e Privada, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

28. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. No que tange à classificação moderna das normas constitucionais, pode-se afirmar que:

- A) Normas de eficácia pleonástica são a novidade da classificação;
- B) Normas de eficácia limitada são as únicas existentes pois limitam a existência de outras;
- C) Normas de eficácia plena ou contida são sinônimas;
- D) Normas de eficácia limitada são auto-aplicáveis;
- E) Normas de eficácia contida são auto-aplicáveis.

29. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. São órgãos da Justiça do Trabalho:

- A) O Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho singulares somente.
- B) A Organização Internacional do Trabalho, o Ministério do Trabalho e os Vogais.
- C) O Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho e os Juízes Classistas.
- D) O Supremo Tribunal do Trabalho, o Tribunal Internacional do Trabalho e o Ministério do Trabalho.
- E) Todo e qualquer Tribunal que ordinária ou extraordinariamente esteja exercendo jurisdição trabalhista.

30. Questão elaborada pelo Professor Pedro Kuhn tendo por base a banca FCC –2023. São princípios institucionais da Defensoria Pública

- A) A vitaliciedade, inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídios.
- B) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- C) A independência funcional, independência administrativa e a independência financeira.
- D) A liberdade de convicção e a representação dos necessitados na forma da lei.
- E) Estabilidade, inamovibilidade e independência funcional.

GABARITO									
1.E	2.C	3.E	4.E	5.E	6.D	7.A	8.E	9.C	10.E
11.A	12.B	13.E	14.D	15.D	16.E	17.E	18.D	19.B	20.B
21.E	22.A	23.D	24.C	25.B	26.D	27.E	28.E	29.A	30.B

Neste momento encerramos mais uma etapa de nossas vidas, mais uma prova passou e as esperanças de um futuro melhor permanecem. Será que será desta vez que conseguimos a nomeação? Essa resposta não existe com certeza (pois a certeza estragaria a própria resposta) mas uma coisa temos certeza, cada um de nós deu seu melhor e os Concurseiros ON são merecedores de suas vagas, eu Professor Pedro Kuhn fui testemunha disso, boa prova pessoal!!!

E não esqueçam que em nosso canal do Youtube teremos a correção da prova assim que for liberada!!

